

ROBERTO ARAÚJO DA SILVA VASQUES
RABELO

*Centro Universitário Lusíada, UNILUS,
Santos, SP, Brasil.*

Recebido em janeiro de 2024.

Aprovado em março de 2024.

MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E EPISTEMOLOGIA-POLÍTICA: NOTAS SOBRE A ARTICULAÇÃO SABER-PODER E GEOPOLÍTICA DE CONHECIMENTO

RESUMO

O artigo retoma conceitos do materialismo histórico-dialético como fundamento filosófico e indica a noção de epistemologia-política para a compreensão das articulações entre ciência e geografia política. O estudo adotou como problema de pesquisa a seguinte questão: como a compreensão materialista histórico-dialética da realidade reconfigura a epistemologia e produz implicações à geografia política? A investigação possui caráter ensaístico, tendo o modo de pesquisa filosófico, portanto, qualitativo, interpretativo e ontológico como procedimento metodológico. A análise considera que a produção de conhecimento científico está imbuída de condicionantes políticos e econômicos, impedindo visões reducionistas que identificam a epistemologia como práxis neutra. Nesse sentido o artigo considera a epistemologia-política como campo de saber fundamental para o entendimento da geopolítica de conhecimento, isto é, da ordem que articula hierarquicamente os saberes e a produção de ciência das e entre as nações.

Palavras-Chave: materialismo histórico-dialético. epistemologia-política. geopolítica de conhecimento.

HISTORICAL-DIALECTIC MATERIALISM AND POLITICAL-EPISTEMOLOGY: NOTES ON THE ARTICULATION KNOWLEDGE-POWER AND GEOPOLITICS OF KNOWLEDGE

ABSTRACT

The article takes up concepts of historical-dialectical materialism as a philosophical foundation and indicates the notion of political-epistemology for understanding the articulations between science and political geography. The study adopted the following question as a research problem: how does the historical-dialectical materialist understanding of reality reconfigure epistemology and produce implications for political geography? The investigation has an essayistic character, having a philosophical research mode, therefore, qualitative, interpretative and ontological as a methodological procedure. The analysis considers that the production of scientific knowledge is imbued with political and economic constraints, preventing reductionist views that identify the neutrality of epistemology. In this sense, the article considers political-epistemology as the discipline for understanding the geopolitics of knowledge, that is, the order that hierarchically articulates the knowledge and science production of and among nations.

Keywords: dialectical materialism. political-epistemology. geopolitics of knowledge.

Revista UNILUS Ensino e Pesquisa

Rua Dr. Armando de Salles Oliveira, 150
Boqueirão - Santos - São Paulo
11050-071

<http://revista.lusiada.br/index.php/ruep>
revista.unilus@lusiada.br

Fone: +55 (13) 3202-4100

INTRODUÇÃO

O materialismo histórico-dialético é uma perspectiva filosófica que analisa as relações sociais, econômicas e políticas ao longo do devir humano. Essa abordagem indica que a história humana é impulsionada por contradições entre classes socioeconômicas. Segundo o materialismo histórico-dialético, as relações de (re)produção existencial econômica estão dialeticamente articuladas às ordens imaginadas, formuladas e compartilhadas pela subjetividade humana identificadas como cultura.

Epistemologia, por sua vez, é um subcampo da Filosofia também conhecido como Teoria do Conhecimento. A epistemologia investiga origens do conhecimento, formas de produzi-lo e como justificá-lo. Embora reflita sobre conhecimento em caráter abrangente, a epistemologia tem focado no desenvolvimento de reflexões sobre ciência e seus métodos.

Ressalta-se que o desenvolvimento do conhecimento científico é inerente a processos sociais. Nesse sentido, para o materialismo histórico-dialético, as ideias, concepções e decisões sobre procedimentos metodológicos não são produtos isolados da mente humana, pois emergem das condições materiais e das relações políticas e econômicas. Sob essa perspectiva, a epistemologia é influenciada por elementos sócio-históricos que condicionam a práxis humana, desafiando visões dogmáticas, absolutas e reducionistas sobre a produção de conhecimento científico.

Ao produzir percepções e entendimentos sobre condicionantes sócio-históricos do conhecer, o materialismo histórico-dialético contribui para a constituição de um subcampo na geografia política, qual seja: a geopolítica de conhecimento. No âmbito geopolítico, o materialismo histórico-dialético auxilia na investigação de dinâmicas de poder nos modos de produção e circulação de conhecimento entre nações, regiões e povos, pois possibilita a identificação e compreensões de articulações entre ciência, economia e política.

A geopolítica de conhecimento considera interesses e aspirações de classes vinculadas às nações, às etnias e aos vários Estados do planeta, buscando compreender forças que se entrelaçam e se manifestam nos campos epistemológicos e culturais. Esse gesto tende a desvelar elementos subjacentes às rivalidades globais e a identificar raízes estruturais de tensões internacionais.

A articulação entre materialismo histórico-dialético, epistemologia e geopolítica apresenta-se complexa e multifacetada. Enquanto o materialismo histórico-dialético oferece uma “lente” crítica para o devir social, ele também influencia a forma como percebemos a produção do conhecimento e a maneira como a realidade é interpretada. Na geopolítica de conhecimento, o materialismo histórico-dialético e a epistemologia se unem, enriquecendo a compreensão das relações internacionais. Juntas, essas perspectivas possibilitam análises abrangentes e contextualizadas das complexas interações entre história, poder e saber.

Na busca de investigar os aspectos mencionados anteriormente, o presente artigo estuda a seguinte questão: como a compreensão materialista histórico-dialética da realidade reconfigura a epistemologia e produz implicações à geografia política? Portanto, este estudo objetiva contribuir para a formulação de entendimentos sobre articulações entre epistemologia e as dinâmicas de poder geopolítico global.

A investigação caracteriza-se de modo ensaístico, tendo com método a postura filosófica, isto é, ontológica, interpretativa e qualitativa, valendo-se de referenciais teórico-bibliográficos que discutem materialismo histórico-dialético, epistemologia e geopolítica (BARBOSA; COSTA, 2015; COSTA, 2016; MIGNOLO, 2020). Nesse sentido o artigo fundamenta-se em perspectivas marxianas e foucaultianas de compreensões sobre as relações entre saber e poder para indicar e defender a epistemologia-política como práxis e campo disciplinar (MARX; ENGELS, 1974; MARX, 2015; FOUCAULT, 1987, 1999, 2000, 2001, 2014, 2020).

O texto divide-se em duas partes. A primeira discute o materialismo histórico-dialético como concepção e postura epistemológica. Em seguida, a segunda seção aponta

a noção de epistemologia-política a partir de notas sobre articulações entre saber-poder e a geopolítica de conhecimento.

O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO COMO CONCEPÇÃO E POSTURA EPISTEMOLÓGICA

O conceito de dialética foi se modificando ao longo do tempo. Seu início advém dos diálogos platônicos nos quais Sócrates operava a maiêutica, isto é, a prática de diálogo com perguntas e respostas como método de ensino. Para o filósofo grego, o fundamento da dialética era o debate (KONDER, 2004).

Segundo Williams (2007, p. 141), o francês antigo dialectique, o latim dialectica, o grego dialektiké eram todos, em seus sentidos primordiais, “a arte da discussão e do debate e, mais tarde, por derivação, a investigação da verdade por meio da discussão”.

Sugere-se que, sendo lógica de movimentações dialógicas complexas em busca da verdade, a dialética assemelha-se de forma metafórica ao movimento dos astros no cosmos. As alterações, rotações e translações aproximam-se de modo figurado à movimentação dialética.

Com origens na Antiguidade, é a partir de Hegel (1992, 1999), um filósofo da modernidade, que a dialética recebe novos sentidos. Para esse estudioso, as alterações ocorridas nas ideias de seres humanos transformam qualitativamente suas práticas sociais. Desse modo, o movimento do espírito, da consciência move o ser humano.

A abordagem de Hegel, segundo Konder (2004), identifica a ideia de superação dialética. Esse gesto da razão envolve a reformulação superativa entre a preservação de um objeto e a negação do mesmo como característica basilar do avanço qualitativo do conhecimento. Em outras palavras, é o movimento contraditório entre tese (o atual) e antítese (a negação) que gera um aspecto novo: a síntese (a mistura complexa entre contradições). Como nos diz Vieira Pinto (1979), a lógica dialética concebe esse movimento como elemento fundamental, pois:

[...] vê na oposição entre os conceitos, simples momentos de um só processo de conhecimento, de um mesmo movimento do pensamento, que, ao passar de um conceito ao oposto, compreende-os como diferenças de modo na captação do processo objetivo único que ambos representam por aspectos contrários. Por isso cada qual não constitui o termo final da operação racional, mas um estágio, uma estação na via que conduz à superação da dualidade e à unificação da representação do objeto em um terceiro conceito, superior aos dois. A oposição entre dois aspectos da realidade, embora sempre real, nunca é o termo final do ato lógico do conhecimento (e daí a insuficiência da atitude formalista), e sim um monte de passagem, uma etapa no caminho da unidade em contínuo ato de criação, envolvendo o que formalmente aparece separado (VIEIRA PINTO, 1979, p. 280-281).

A dialética hegeliana envolvia aspectos relevantes enquanto teoria de conhecimento. Entretanto, como sugere Williams (2007, p. 142, grifo nosso), foi com trabalhos subsequentes que o sentido de dialética passou a indicar novas potencialidades, uma vez que “a versão hegeliana do processo dialético havia considerado o espírito primário e o mundo secundário”. É desse ponto que surge a inversão materialista dialética de Karl Marx e Friedrich Engels.

Para Marx e Engels (1974), filósofos materialistas, havia um componente que distorcia a dialética hegeliana. O movimento dialético entre espírito e experiência estava ao contrário. Não era o espírito ou a consciência o princípio do processo, mas a matéria; é a necessidade de sobrevivência humana, isto é, sua condição natural de parte da natureza, que (trans)forma suas relações e práticas sociais. Portanto:

Pode-se referir à consciência, à religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e os animais; porém, esta distinção só começa a existir quando os homens iniciam a produção dos seus meios de vida, passo em frente que é consequência da sua organização corporal. Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. [...] A forma como os homens produzem esses meios depende em primeiro lugar da natureza, isto é, dos meios de existência já elaborados e que lhes é necessário reproduzir; mas não deveremos considerar esse

modo de produção deste único ponto de vista, isto é, enquanto mera reprodução da existência física dos indivíduos. Pelo contrário, já constitui um modo determinado de atividade de tais indivíduos, uma forma determinada de manifestar a sua vida, um modo de vida determinado. A forma como os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente aquilo que são. O que são coincide, portanto, com a sua produção, isto é, tanto com aquilo que produzem como com a forma como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção (MARX; ENGELS, 1974, p. 19, grifos dos autores).

Com essa compreensão, a postura dialética estaria relacionada à ação do ser humano na natureza. Os humanos, sendo parte da realidade natural, operam adaptações no ambiente para garantir sua sobrevivência material. Ao agir sobre a matéria, utilizando-se de sua sensibilidade e entendimento, os humanos também se (re)formam enquanto sujeitos de conhecimento e cultura. Desse modo:

[...] são sempre indivíduos determinados, com uma atividade produtiva que se desenrola de um determinado modo, que entram em relações sociais e políticas determinadas. É necessário que, em cada caso particular, a observação empírica mostre nos fatos, e sem qualquer especulação ou mistificação, o elo existente entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado resultam constante do processo vital de indivíduos determinados [...] isto é, tal como trabalham e produzem materialmente (MARX; ENGELS, 1974, p. 24).

Assim, com base em Marx e Engels (1974), considera-se a dialética materialista e histórica. Em primeiro, por ser de causa material e, segundo, por situar-se e operacionalizar-se historicamente. O materialismo histórico-dialético, enquanto compreensão do real, teoria de conhecimento ou epistemologia, sustenta-se na influência das transformações materiais como impulsionadoras de práticas sociais, inclusive a produção de ciência. Tal entendimento foi largamente discutido no âmbito da Filosofia, seja para corroborá-lo, criticá-lo ou até mesmo negá-lo.

Na perspectiva do materialismo histórico-dialético, as dinâmicas entre pensamento e realidade, reflexão e ação, consciência e matéria vão se imbricando em processos sociais diversos. Por conseguinte, essa dinâmica vai sendo evidenciada na experiência entre sujeitos, mediante suas ações em variadas instituições sociais, tais como igreja, escola e associações políticas. A partir dessa compreensão, a unidade reflexão-ação, teoria-prática torna-se fundamental, pois, diferentemente da perspectiva hegeliana, sob o ponto de vista marxiano o consciente não se sobrepõe à vida material. Desse modo:

A produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanação direta do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual quando esta se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica, etc., de um povo. São os homens que produzem as suas representações, as suas ideias, etc., mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais do que o Ser consciente; e o Ser dos homens é o seu processo da vida real [...] (MARX; ENGELS, 1974, p. 25).

As afirmações de Marx e Engels (1974) são relevantes para o desenvolvimento do conhecimento, porque, tanto no âmbito da Filosofia, quanto no interior de ciências particulares, indicam os riscos de se conceber análises metafísicas, afastadas da realidade material. O ser humano pode construir abstrações, mas deve ter cautela para não cair em abstracionismos. Portanto, como nos sugere Williams (2007, p. 269), a crítica de Marx e Engels direcionava-se ao idealismo hegeliano e ao materialismo mecânico, pois “essa forma de materialismo havia isolado os objetos e negligenciado ou ignorado os sujeitos e em especial a atividade humana como subjetiva”. Daí a distinção entre materialismo convencional e um novo materialismo histórico e dialético, que incluía a atividade humana como força fundamental.

[...] Assim, a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, tal como as formas de consciência que lhes correspondem, perdem imediatamente toda a aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento; serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material

e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. Na primeira forma de considerar este assunto, parte-se da consciência como sendo o indivíduo vivo, e na segunda, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais e vivos e considera-os apenas a consciência como sua consciência (MARX; ENGELS, 1974, p. 26, grifos dos autores).

Esses apontamentos reforçam a importância da unidade entre teoria e prática, entre consciência e experiência, aquilo que se tornou conhecido como práxis. Nessa perspectiva toda prática é ação reflexiva, enquanto toda reflexão é articulada a uma ação.

O materialismo histórico-dialético contém duas premissas fundamentais. De um lado, a percepção da dialeticidade inerente à existência, ou seja, as relações sociais inseridas na dinâmica material de contradições e mediações (re)produtivas existenciais; e, por outro lado, o constante diálogo entre consciência e experiência concreta socialmente condicionadas. Esses pressupostos apontam que seres humanos não são seres isolados, nem totalmente determinados, porque são detentores de vontade, mas estão imbricados em condições historicamente datadas.

Ao representar esse devir, qualquer investigação histórica ou sociológica deixa de ser coleção de fatos abstratos, haja vista que, ao expor a realidade a partir da perspectiva materialista histórica-dialética, o conhecimento deixa de ser fornecedor de receitas ou esquemas deterministas passando a tornar-se fundamento para a indicação de limites e possibilidades de transformação do e no devir social. Como nos indicam Marx e Engels (1974, p. 29), para o materialismo histórico importa “revolucionar o mundo existente, atacar e transformar praticamente o estado de coisas que encontra”.

Realça-se a complexidade do materialismo histórico-dialético enquanto postura epistêmica e fundamento filosófico. No movimento contínuo da realidade, entre o ser e o não-ser, surgem novas sínteses que futuramente serão novas teses a serem negadas e/ou superadas. Essa mobilização, durante o gesto dialético e constante da história, concentra rupturas, retrocessos, continuidades e descontinuidades, sendo resultado e fundamento de contradições.

A perspectiva do materialismo histórico-dialético foi fundamental para a compreensão da economia como economia-política, pois ofereceu uma estrutura analítica que considera a interação entre forças econômicas, sociais e políticas na sociedade. Ao enfatizar a importância das relações sociológicas de classe, das contradições e dos conflitos inerentes ao sistema capitalista, essa perspectiva tem possibilitado investigar como o poder econômico se traduz em poder político e vice-versa.

As interações entre política e economia não se restringem isoladamente. Essas interações geram efeitos variados em múltiplas dimensões do agir humano. Assim, as articulações entre política e economia se ampliam e estendem, por exemplo, à produção de conhecimento científico.

As articulações entre política, economia e ciência geram consequências diversas. Por exemplo, no âmbito político, a alocação de recursos para a pesquisa e o estabelecimento de políticas educacionais podem determinar quais tipos de conhecimento são priorizados e desenvolvidos. Além disso, a influência de grupos de interesse e ideologias pode alterar o direcionamento em estudos e a divulgação de resultados. Economicamente, o financiamento da produção científica envolve decisões orçamentárias e interesses corporativos ou comerciais que também podem afetar a ordem de priorização entre temáticas de estudo. Outrossim, a produção de ciência também está intrinsecamente ligada ao mercado de trabalho, uma vez que as organizações demandam certas habilidades e competências que implicam alterações em currículos e processos de formação acadêmica e profissional. Em suma, as implicações políticas e econômicas na ordem da ciência influenciam tanto o conteúdo do que se produz, quanto as formas de se produzir.

Em síntese, se a obra marxiana indicou que toda economia é política, tornando-se economia-política, afirma-se, neste estudo, que toda epistemologia é política, pois envolve entendimentos ontológicos e metodológicos com potenciais hierarquizantes e classificatórios na ordem do saber. Desse modo, assim como se discute a possibilidade e/ou necessidade de justiça social no âmbito da economia-política, torna-se fundamental discutir, defender e/ou produzir justiça epistemológica e cognitiva no que se refere à produção e socialização de conhecimento.

EPISTEMOLOGIA-POLÍTICA: ARTICULAÇÕES SABER-PODER E GEOPOLÍTICA DE CONHECIMENTO

Epistemologia-política pode ser compreendida como subcampo interseccional entre Filosofia Política e Teoria do Conhecimento. A epistemologia-política investiga como o conhecimento é produzido, legitimado e influenciado no âmbito político. Desse modo, trata-se de um campo de análise das relações de poder que moldam o acesso à informação, a produção de ciência e a construção de narrativas ideológicas. A epistemologia-política questiona como as dinâmicas de poder influenciam quais perspectivas epistêmicas são legítimas e quais são marginalizadas, destacando a importância de compreender os sistemas de conhecimento subjacentes a processos políticos.

Uma das questões de importância para a epistemologia-política é como estruturas de poder afetam a produção de conhecimento e a difusão de saberes. Assim, a epistemologia-política examina como instituições sociais, meios de comunicação e dinâmicas culturais influenciam na hierarquização entre saberes, apontando quais perspectivas de verdade são promovidas e consolidadas e quais são silenciadas. Com isso, a epistemologia-política integra a relação entre conhecimento e poder, questionando como certos discursos e narrativas podem ser usados para reforçar hierarquias existentes ou para desafiar o status quo epistêmico.

A epistemologia-política é, portanto, abordagem crítico-filosófica que destaca a interconexão entre conhecimento, ciência e poder em suas múltiplas dimensões. Nesse sentido contribui para a identificação, análise e alteração em regimes de verdade, compreendidos como:

[...] “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2001, p. 12).

Os regimes de verdade ou regimes de saber-poder são parte fundamental da crítica foucaultiana às dinâmicas sociais e ao exercício do poder. Para Foucault (2020, p. 101), o poder não é uma entidade monolítica, mas sim uma rede complexa de interrelações que permeiam todas as esferas da sociedade, “uma situação estratégica complexa”. Desse modo o poder pode ser compreendido como elemento difuso, isto é, sua presença é inerente às relações humanas, sociais e, de algum modo, naturais.

O poder, sob forma de vontade de domínio e controle, alia-se ao saber que, por sua vez, funda-se no desejo pela verdade. Assim, poder e saber mutuamente constroem a realidade de práticas sociais e subjetividades. Dessa forma, regimes de saber-poder referem-se à interconexão entre o conhecimento produzido e difundido em uma sociedade e a sua utilização para o controle e influência de indivíduos e comunidades.

Os regimes de saber-poder tornam-se modos de subjetivação, formando estruturas mentais com relevante potencial influenciador do e no agir humano, pois, como aponta Foucault (2014), os regimes de verdade são construídos por instituições sociais disciplinares específicas, tais como prisões, hospitais e escolas. Essas instituições não apenas “inculcam” normas e regras em corpos, mas também produzem e difundem conhecimentos que legitimam essas normas. Contudo, realça-se que esses regimes não são

estáticos, pois estão em constante transformação, respondendo às mudanças nas estruturas sociais e nas relações de poder subsistentes.

Com base em sua perspectiva arqueogenealógica, Foucault (1987, 2001, 2020) ressalta que regimes de saber-poder não são somente repressivos, mas também produtivos. Eles não apenas negam, controlam e disciplinam, mas também criam categorias de identidade e subjetivação. Assim, os regimes de verdade moldam a compreensão da realidade e o próprio senso de identidade em indivíduos.

A abordagem de Foucault sobre regimes de saber-poder destaca a maneira como o conhecimento e o poder estão intrinsecamente ligados, criando estruturas complexas de controle e influência. Essa crítica aponta para a importância de investigar as relações de poder, as dinâmicas sociais, as instituições e os discursos que formam nossa compreensão do mundo e como nos relacionamos com ele.

A relação entre Michel Foucault e a tradição marxista é complexa e ambígua. Enquanto Foucault não se considerava marxista e frequentemente criticava abordagens marxistas tradicionais, sua obra compartilha algumas afinidades temáticas. Foucault concentrou-se, por exemplo, em analisar as estruturas políticas, a produção de conhecimento e as formas de controle social, enfatizando a interação entre instituições sociais e relações de poder. Embora sua perspectiva se distancie do materialismo histórico clássico, seu exame crítico das relações sociais e sua ênfase na análise do poder como algo difuso e não apenas baseado na economia contribuíram para debates sobre a essência das estruturas de dominação, complementando discussões marxistas sobre luta de classes. No entanto, suas críticas à centralidade da economia e sua ênfase na “microfísica do poder” (FOUCAULT, 2001) divergem das análises macroestruturais típicas do marxismo, evidenciando tensões entre as duas perspectivas.

Mesmo com posições divergentes sobre alguns temas, as abordagens marxianas e foucaultianas se unem para a formação da noção epistemologia-política, porque ambas apontam as interações entre política, ciência e suas influências decorrentes. A epistemologia-política examina a produção, circulação e validação de conhecimentos dentro de contextos políticos e sociais. Desse modo vale-se tanto das perspectivas sobre regimes de verdade, quanto da análise das influências econômicas e de lutas de classes na estruturação de sistemas de pensamento.

A epistemologia-política reconhece que o conhecimento não é neutro, sendo influenciado por dinâmicas de poder e estruturas de dominação. A epistemologia-política questiona quem ou o que tem o poder de determinar quais formas de conhecimento são consideradas legítimas e autorizadas, enquanto outras são marginalizadas ou suprimidas. Além disso, analisa como narrativas ideológicas são construídas e como elas servem para reforçar determinadas agendas políticas e sociais. A epistemologia-política busca promover justiça cognitiva, ou seja, a distribuição equitativa na ordem do saber, auxiliando na definição do que é conhecimento válido, reconhecendo perspectivas e classes historicamente subalternizadas e promovendo pluralidade epistêmica.

Uma vez que a epistemologia-política “debruça-se”, analisa e discute esses elementos, esse subcampo filosófico evidencia disputas geopolíticas. A geografia política pode ser compreendida como “o conjunto de estudos sistemáticos mais afetos à geografia e restritos às relações entre espaço e o Estado, questões relacionadas à posição, situação, características das fronteiras, etc.” (COSTA, 2016, p. 18). Por outro lado, a geopolítica seria a “formulação das teorias e projetos de ação voltados às relações de poder entre os Estados e às estratégias de caráter geral para os territórios nacionais e estrangeiros, de modo que estaria mais próxima das ciências políticas aplicadas” (COSTA, 2016, p. 18).

Atualmente, a geopolítica opera em dimensões variadas, isto é, o território não é visto somente a partir de seu aspecto físico, mas também pelos elementos ideais, subjetivos e culturais. Assim, além das dimensões terrestre, marítima e aérea, temos

disputas “territoriais” por espaços virtuais e epistêmicos. A geopolítica de conhecimento, por exemplo, configura-se como a instrumentalização do conhecimento geográfico político - também fundado em perspectivas epistemológico-políticas - para disputas no espaço-tempo do conhecimento, das relações de saber-poder entre nações.

Nesse sentido, torna-se importante “conceber a colonialidade e a diferença colonial como loci de enunciação” (MIGNOLO, 2020, p. 192). Ou seja, Mignolo (2020) sugere que os processos históricos de colonização formaram locais de enunciação, portanto, lugares de fala, produção de discursos, narrativas, ideologias e epistemologias diferenciadas entre as várias nações do planeta. Essas demarcações de enunciação hierarquizaram países, indicando aqueles que tem mais ou menos poder dentro do regime de verdade internacional.

A geopolítica do conhecimento envolve e amplia a concepção de epistemologia-política, pois abrange o âmbito internacional, investigando como o poder e o conhecimento se entrelaçaram e se cruzam em relações globais entre países, nações e etnias. Essa perspectiva reconhece que o conhecimento não é apenas produzido e difundido localmente, mas também é influenciado por disputas geopolíticas globais. Desse modo alguns países ou regiões exercem domínio sobre a produção e difusão de conhecimento, estruturando a percepção global de certas questões.

A geopolítica de conhecimento investiga como o acesso desigual ao conhecimento pode manter desigualdades entre nações, reforçando hierarquias internacionais. Isso ressalta a importância de se considerar não apenas as dinâmicas metodológicas e/ou nacionais de poder científico, mas também as relações internacionais, analisando-se como o conhecimento é (re)construído e compartilhado em escala global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão materialista histórico-dialética da realidade reconfigura entendimentos sobre epistemologia, impedindo visões neutras sobre a produção e circulação de conhecimento científico. Com isso, ressalta-se: toda ciência envolve procedimentos metodológicos sobre dados de sentido para constituir-se. Todos os procedimentos metodológicos pressupõem exercícios de vontade, de juízo humano para com seu(s) objeto(s) de estudo, e toda decisão humana é historicamente datada, socialmente condicionada, politicamente influenciada e economicamente direcionada. Portanto, a epistemologia não se encerra isoladamente, pois é política. Há, portanto, epistemologia-política ou, radicalmente, epistemopolítica.

As articulações entre território, poder, economia e saber são dinâmicas e exercem efeitos variados no devir humano. O presente artigo buscou contribuir para a compreensão dessas articulações, especificamente no que se refere à formulação da epistemologia-política e as relações geopolíticas globais.

Ciência e poder não estão separadas. É possível identificar suas interações constantes na ordem geopolítica e epistemológica internacional. Ou seja, há conhecimentos hierarquicamente privilegiados, e tal fato pode ser percebido na hegemonia da ciência com matriz ocidental em detrimento de saberes oriundos de povos e regiões outrora colonizados. Todavia, mesmo no âmbito do cânone de saber ocidental é possível identificar classificações e hierarquizações. Nesse sentido, processos de conhecimento com características qualitativas, filosóficas e/ou primordialmente racionalistas tendem a ser inferiorizados em benefício da ciência experimental, pautada por dados de sentidos empíricos e geralmente posicionada em condição de privilégio na ordem epistemológica.

Realça-se que, na geopolítica de conhecimento internacional, há países que exercem maior influência na produção científica. Isso evidencia-se, por exemplo, na quantidade de artigos publicados em língua inglesa, no número de citações que alguns países detêm e no montante de recursos financeiros que algumas nações recebem de organismos internacionais para seguir produzindo conhecimento. Não obstante, países

pobres e etnias subalternizadas tendem a ser silenciados ou negligenciados na ordem do saber internacional.

Finalmente, espera-se que este artigo contribua para a denúncia do neocolonialismo, um processo histórico operado de modo sutil e que mantém relações de dependência e colonização sob outros modos. Ademais, estima-se que o presente estudo possa suscitar novas investigações sobre geopolítica de conhecimento, seus sustentáculos e efeitos; assim como pretende-se que a noção de epistemologia-política possa ser difundida, ampliada e discutida.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Evandro; COSTA, Thaís Christina Alves. Metodologia e Prática de Pesquisa em Filosofia. Pelotas: NEPFIL. 2015. 115 p.
- COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder. São Paulo: EDUSP. 2016.
- FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1987. 3ª. ed. 239 p.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola. 5ª ed. 1999.
- FOUCAULT, Michel. As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes. 2000. 8ª. ed. 541 p.
- FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade: a vontade do saber (Vol. 1). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2020. 11ª Edição.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2001.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 42ª ed. Petrópolis: Vozes. 2014.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Fenomenologia do Espírito - Parte 1. Petrópolis: Vozes. 1992. 271 p.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Fenomenologia do Espírito - Parte 2. Petrópolis: Vozes. 1999. 222 p.
- KONDER, Leandro. O que é dialética. São Paulo: Brasiliense. 2004. 5ª ed. 28ª. reimp. 88p.
- MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo. 2015.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, Bruno Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas. Vol. 1. Lisboa: Presença. 1974. 311 p.
- MIGNOLO, Walter. A geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. Revista Lusófona de Educação, Lisboa, v. 48, p. 187-224, 2020.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979. 537 p.
- WILLIAMS, Raymond. Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo. 2007. 464 p.